



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

DADOS DO CERTAME	
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO DO AVCB - AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS OU CLCB-CERTIFICADO DE LICENÇA DE CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE PARA AS EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 750M² DEVERÃO SER APRESENTADOS PROJETO TÉCNICO (PT) OU PROJETO TÉCNICO SIMPLIFICADO (PTS), CONFORME ESPECIFICADOS NA IT 01/2019 DO DECRETO ESTADUAL 63.911 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA SEREM IMPLANTADO NOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.	
ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES: Até 23/04/2024 às 23h59min pelo sistema: www.licitacaocachoeirapaulista.com.br e-mail: licitacoes@cachoeirapaulista.sp.gov.br	
INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA: 26/04/2024 ÀS 10H00MIN	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: BR CONECTADO ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.LICITACAOCACHOEIRAPAULISTA.COM.BR ENDEREÇO PARA RETIRADA DO EDITAL: AV. CORONEL DOMICIANO, Nº 092, CENTRO, CEP: 12.630-000, CACHOEIRA PAULISTA/SP. OU PELOS SITES: " HTTPS://CACHOEIRAPAULISTA.SP.GOV.BR/ OU " " WWW.LICITACAOCACHOEIRAPAULISTA.COM.BR "	
VALOR ESTIMADO MÁXIMO ADMISSÍVEL:	R\$ 903.575,32 (NOVECIENTOS E TRES MIL QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)
NATUREZA DO OBJETO:	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PRAZO PARA ENVIO DE DOCUMENTOS	2 HORAS
INFORMAÇÕES:	
PREGOEIRO: MARCOS VINICIUS DA COSTA CARVALHO	Email: licitacoes@cachoeirapaulista.sp.gov.br
OBS: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário. OBS: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília - DF. OBS: As respostas aos pedidos de esclarecimentos/impugnações serão divulgadas no endereço eletrônico: www.licitacaocachoeirapaulista.com.br {no campo "PUBLICAÇÕES"} e no portal do Município: https://cachoeirapaulista.sp.gov.br/ e vincularão os participantes e a administração.	



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 PROCESSO nº 039/2024 EDITAL Nº 012/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO DO AVCB -AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS OU CLCB-CERTIFICADO DE LICENÇA DE CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE PARA AS EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 750M² DEVERÃO SER APRESENTADOS PROJETO TÉCNICO (PT) OU PROJETO TÉCNICO SIMPLIFICADO (PTS), CONFORME ESPECIFICADOS NA IT 01/2019 DO DECRETO ESTADUAL 63.911 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA SEREM IMPLANTADO NOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 15 de abril de 2024 das 09:00hs até 26 de abril de 2024 às 09:30hs

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26 de abril de 2024 às 10h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 26 de abril de 2024 às 10 horas.

LOCAL: www.licitacaocachoeirapaulista.com.br

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBS: PODERÃO PARTICIPAR DESTES PREGÃO EMPRESAS INTERESSADAS COMPATÍVEIS AO RAMO DE ATIVIDADE PERTINENTE AO OBJETO E QUE ATENDAM TODOS OS REQUISITOS CONTIDOS NESTE EDITAL.

O município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, torna público que se acha aberta, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “BR CONECTADO (www.licitacaocachoeirapaulista.com.br)”, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO DO AVCB -AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS OU CLCB-CERTIFICADO DE LICENÇA DE CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE PARA AS EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 750M² DEVERÃO SER APRESENTADOS PROJETO TÉCNICO (PT) OU PROJETO TÉCNICO SIMPLIFICADO (PTS), CONFORME ESPECIFICADOS NA IT 01/2019 DO DECRETO ESTADUAL 63.911 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA SEREM IMPLANTADO NOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL**, conforme TAC's (TERMO DE ACORDO E COMPROMISSO) firmados entre o município e o Ministério Público do Estado de São Paulo, que será regida pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

132, de 08 de dezembro de 2023, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem as disposições da Lei Complementar nº 123 de 2006, Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Instrução Normativa SEGES nº 73 de 30 de setembro de 2022 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e do disposto no presente edital. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Coronel Domiciano nº 92 – Centro – CEP: 12.630-000,

Pregoeiros: Marcos

E-mail: licitacoes@cachoeirapaulista.sp.gov.br

DO OBJETO

Tem por objeto do presente edital de Pregão Eletrônico, a constituição de **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO DO AVCB -AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS OU CLCB-CERTIFICADO DE LICENÇA DE CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE PARA AS EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 750M² DEVERÃO SER APRESENTADOS PROJETO TÉCNICO (PT) OU PROJETO TÉCNICO SIMPLIFICADO (PTS), CONFORME ESPECIFICADOS NA IT 01/2019 DO DECRETO ESTADUAL 63.911 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA SEREM IMPLANTADO NOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema BR CONECTADO.

1.2. O sistema de pregão eletrônico, BR CONECTADO é realizado por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) pregoeiro (a) da Prefeitura do Município de Cachoeira Paulista – SP, mediante a utilização do Portal de Compras do município (licitacaocachoeirapaulista.com.br).

1.4. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.

2. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação,



bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, previamente credenciadas como fornecedores no sistema do **BRCONNECTADO** (www.licitacaochoeirapaulista.com.br).

3.1.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema **BRCONNECTADO** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal.

3.1.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.1.5. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas, através da GM Tecnologia da Informação Ltda, pelo e-mail: comercial@gmcontato.com.br ou através do site: www.licitacaochoeirapaulista.com.br.

a. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

b. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

c. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

d. Não poderão disputar esta licitação:



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

- i. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - ii. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - iii. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - iv. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - v. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - vi. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - vii. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - viii. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - ix. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
 - x. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - xi. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- e. O impedimento de que trata o item d.iv será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



- f. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens d.ii e d.iii poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- g. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- h. O disposto nos itens d.ii e d.iii não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- i. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- j. A vedação de que trata o item d.viii estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 4.2, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1 ao 8.3 deste Edital.
- 4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos



para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Fabricante;

5.1.4 Quantidade cotada,

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após



o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *1% (um por cento)*
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11.6 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.7 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.8 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.9 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.10 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes



apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.5 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.6 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.6.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.6.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.6.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.6.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.7 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



6.19.7.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.7.2 empresas brasileiras;

6.19.7.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.7.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.8 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.19.9 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.10 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.11 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.12 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.13 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.19.14 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

e no item 3.d do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros;

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3 Certificado de Apenado emitido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). (obtida via internet no site: (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados>));

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 contiver vícios insanáveis;



7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será



convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

7.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - Habilitação jurídica:

II. Registro comercial, no caso de empresa individual;

JJ. Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

KK. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;

LL. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

§ Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

§ Em caso de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) Certidão simplificada da Junta Comercial atestando a qualidade de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;



8.2 - Habilitação fiscal, social e trabalhista;

§ **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);**

§ **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal** relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

§ **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive Previdência Social, expedida pela Secretaria da Receita Federal, modelo expedido com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751 de 02/10/2014;

(<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>)

§ **Certidão Negativa de Dívida de Débitos de Tributos Estaduais** do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de certidão de regularidade de ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou certidão negativa de débitos tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei;

§ **Certidão Regularidade de débitos com a Fazenda Municipal**, onde a sede está atualizada ou positiva com efeitos de negativa de tributos Mobiliários do domicílio ou sede da licitante.

a) **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF**, expedido pela Caixa Econômica Federal - Lei 8.036/90, devidamente atualizado; (<https://consultacrf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>)

b) **Certidão negativa de débitos trabalhista (CNDT)**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011; (<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>).

c) Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

d) O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

8.3 - Habilitação econômico-financeira:



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do interessado.
- b) Sendo positiva a certidão referida na alínea "a", do item 9.1.3, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- c) A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral CRC do município.
- d) Os licitantes que apresentarem a documentação relacionadas nos itens **1, 2 e 3 da fase de habilitação** deverão apresentar as seguintes certidões:
- e) Certificado de Apenado emitido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). (obtida via internet no site: (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados>);
- f) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (obtida via internet no site: (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) com resultado de nada consta.:
- g) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- h) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- i) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do últimos três exercício social, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- ii)** Para facilitar a análise boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empresa apresente memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, aplicando fórmulas dos índices dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) extraídos do último balanço do Exercício Financeiro, da seguinte forma:
- LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante
- j) Comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

IV. Habilitação técnica



1) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

1.1) Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

1.2) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

2) Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

b. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

c. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

d. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



- e. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- f. A existência de preços registrados não implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- g. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- i. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - ii. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.3.1 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.4.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.4.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



10.5.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.5.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação formal protocolada no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista/SP.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 fraudar a licitação

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.licitacaocachoeirapaulista.com.br, licitacoes@cachoeirapaulista.sp.gov.br protocolados em meio físico no Setor de Protocolos da Prefeitura situada a Av. Coronel Domiciano nº092 – Centro – CEP: 12630-000 Cachoeira Paulista/SP.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.licitacaocachoeirapaulista.sp.gov.br, <https://pmcachoeirapaulista.geosiap.net.br/portal-transparencia/licitacoes/licitacoes> e licitacoes@cachoeirapaulista.sp.gov.br

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos.

a) A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

b) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

c) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

d) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

e) Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

f) Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a documentação da proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

g) Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

h) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

15. Anexos do Edital:

15.1 ANEXO I - **Termo de Referência;**

15.2 ANEXO II – **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO E PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**

15.3 ANEXO III – **MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

15.4 ANEXO IV – **MODELO CARTA PROPOSTA**

15.5 ANEXO V - **MINUTA DE ATA DE REGISTRO;**

Cachoeira Paulista, 05 de abril de 2024.

ANTONIO CARLOS MINEIRO

PREFEITO MUNICIPAL



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2024
EDITAL Nº 012/2024**

TERMO DE REFERENCIA

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Objeto:

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de toda documentação necessária para obtenção/renovação do AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou CLCB-Certificado de Licença de Corpo de Bombeiros, sendo que para as edificações com área superior a 750m² deverão ser apresentados Projeto Técnico (PT) ou Projeto Técnico Simplificado (PTS), conforme especificados na IT 01/2019 do Decreto estadual 63.911 de 10 de dezembro de 2018, de acordo com as exigências técnicas do CORPO DE BOMBEIROS do Estado de São Paulo para serem implantado nos imóveis pertencentes ao município de Cachoeira Paulista.

1.2. Identificação da necessidade:

Com esta contratação, o Município de Cachoeira Paulista, pretende alcançar um ambiente de trabalho e prestação de serviços ao público geral com maior segurança, atendendo as normas e legislações de proteção e combate a incêndio, e de forma a proporcionar o bem-estar dos funcionários e usuários das edificações.

O prédio atualmente não atende a todas as normas de segurança e não possui o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, precisando ser adequado com urgência.

O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) é o documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio previstas pela legislação e constantes no processo.

Há Inquéritos Cíveis expedidos pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da do município de Cachoeira Paulista/SP, objetivando a adequação do Sistema de Proteção e Combate a Incêndio das edificações pertencentes a municipalidade.

2. SECRETARIAS PARTICIPANTES

Secretaria de Administração;



Secretaria de Educação;

Secretaria de Saúde;

Secretaria de Obras;

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

E demais Secretarias que utilizam edificações pertencentes ao município de Cachoeira Paulista.

3. PREVISÃO NA LOA

A demanda está prevista na LOA 2024 – Lei Orçamentária Anual.

4. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO

A presente demanda está em conformidade com o Planejamento Estratégico 2024 devido a cobrança do Ministério Público - Aumentar a satisfação pessoal e profissional dos agentes públicos no ambiente de trabalho e ao Objetivo de Adequar a infraestrutura física e otimizar uso dos prédios e espaços, especificamente quanto ao Adotar medidas necessárias visando à garantia e controle das condições de segurança em 100% dos prédios utilizados pela Municipalidade.

5. AVALIAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

Foi realizado planilha orçamentária contendo a quantificação de todos os serviços necessários para atendimento ao objeto dessa contratação, cujos documentos fazem parte do Termo de Referência, bem como orçamentos com empresas especializadas no ramo estando o presente estudo alinhado com os orçamentos apresentados.

6. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

DETALHAMENTO DO OBJETO:

- 6.1. O presente processo tem como objeto a contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos executivos dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndios para ser implantado nos imóveis pertencentes ao município de Cachoeira Paulista, bem como projetos de SPDA e acessibilidade, com o objetivo de validar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB - ou O Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB, de acordo com as exigências técnicas do CORPO DE BOMBEIROS do Estado de São Paulo.
- 6.2. A empresa contratada será responsável pela elaboração do projeto executivo do sistema de Prevenção e Combate a Incêndios, SPDA e acessibilidade. Os projetos deverão obedecer a adequação às normas de segurança para aprovação no CORPO DE BOMBEIROS do Estado de São



Paulo, e à norma de acessibilidade NBR 9050:2020, de modo que as estruturas físicas existentes sejam preservadas e/ou adequadas.

- 6.3. A empresa contratada deverá fornecer os seguintes projetos, separadamente, para cada imóvel, devidamente identificados no anexo III.
- 6.4. Deverão ser elaboradas todas as plantas necessárias para aprovação pelo Corpo de Bombeiros do estado de São Paulo, contemplando detalhamentos, apresentados em escala adequada à perfeita compreensão dos elementos nele contidos. O projeto deverá prever:
 - 6.4.1. Detalhamento da cobertura;
 - 6.4.2. Detalhamento da fachada;
 - 6.4.3. Detalhamento de áreas de risco;
 - 6.4.4. Cortes;
 - 6.4.5. Vistas;
 - 6.4.6. Planta baixa final;
 - 6.4.7. Projeto de iluminação de emergência;
 - 6.4.8. Projeto para central de GLP;
 - 6.4.9. Sistema de detecção automática e alarme de incêndio (SDAI) em todas as dependências;
 - 6.4.10. Sistema de alarme de acionamento manual;
 - 6.4.11. Necessidade de adaptações de acesso de viaturas;
 - 6.4.12. Projeto de rede de hidrantes (se necessário);
 - 6.4.13. Memorial de cálculo populacional;
 - 6.4.14. Memorial de carga de incêndio;
 - 6.4.15. Memorial e quantidade necessária de brigadistas de incêndio de acordo com a população de cada escola;
 - 6.4.16. Controle de materiais de acabamentos e revestimento (CMAR);
 - 6.4.17. Caracterização do material de construção;
 - 6.4.18. Detalhamento de fluxos nas sinalizações de emergência (inclusive para o PTS), incluindo as saídas de emergência, sinalização de extintores, hidrantes e mangotinhos;
 - 6.4.19. Sinalização para identificação visual dos demais dispositivos não relacionados;
 - 6.4.20. Sinalização e elaboração dos projetos de detecção de incêndio, fumaça e alarme de incêndio.
- 6.5. Também deverão ser elaborados os seguintes projetos afins de adequar as unidades escolares às normas e leis pertinentes:
 - 5.5.1. Projeto de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
 - 6.5.2. Projeto de acessibilidade.
- 6.6. Os projetos mencionados no item 1.1. deverão estar aprovados junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para obtenção do AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; bem como a aprovação e obtenção em caso do CLCB.
- 6.7. Para os casos em que haja inexigibilidade perante o Decreto Nº 56.819/2011 de apresentação de projeto, como exemplo edificações abaixo de 750 metros, estes também deverão ser apresentados conforme exigências do item 1.4. deste memorial;



- 6.8. Acompanhamento administrativo e técnico perante o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, no processo de aprovação de Projeto Técnico.
- 6.9. Para elaboração dos projetos a empresa contratada deve-se optar pelo uso de instalações aparentes, evitando gastos desnecessários durante a execução dos projetos;
- 6.10. Os projetos deverão possuir viabilidade de execução posterior, não sendo aceito projetos superdimensionados em seus sistemas de proteção contra incêndio, devendo ser priorizadas as soluções de projeto que considerem a melhor relação custo x benefício, a durabilidade do edifício, a facilidade de manutenção, a segurança para os usuários, bem como a concentração e logística das intervenções futuras, durante a execução dos projetos;
- 6.11. Os projetos identificados como “superdimensionados”, demonstrando despreparo profissional ou dolo em “superdimensionar” os sistemas para acelerar a aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, serão recusados de imediato ou após a prévia análise pelo Setor de Manutenção de Próprios da S.M.E., sendo então informada a empresa da recusa do recebimento deste;

7 DAS UNIDADES ESCOLARES

- 7.1. Serão desenvolvidos os Projetos de Combate a Incêndio nas escolas de Ensino Fundamental, Escolas de Ensino Infantil, creches, Anexos da Secretaria Municipal de Educação e demais imóveis pertencentes ao município. As unidades que serão contempladas como objeto deste Processo estão relacionadas no anexo III presente neste termo de referência.
- 7.2. Todos os sistemas de proteção contra incêndio já existente nos locais, tais como iluminação de emergência, extintores, alarme de incêndio, hidrantes, etc., deverão ter suas localizações e distanciamentos relacionados e preservados nos projetos a serem elaborados, como forma de evitar novas adaptações e recolocamento destes itens sem necessidade, desde que estas obedeçam ao estipulado pela Decreto Estadual Nº 56.819/2011 e as Instruções Técnicas pertinentes.
- 7.3. **As metragens das edificações contempladas nesta licitação estão no anexo III. Contudo, “in loco” pode haver alterações que conflitem com as medições expressas no anexo III, havendo, portanto, a necessidade de a empresa vencedora do certame aferir as medidas antes de realizar os Projetos de Combate a Incêndio;**
- 7.4. Cabe a CONTRATADA, atualizar as medições das unidades escolares, afim de que não haja divergência entre as medidas informadas no sistema “ViaFácil” do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e as medidas das edificações relacionadas no Anexo II, sendo que esta divergência impossibilite a aprovação dos projetos, ficará sob encargo da empresa contratada, uma vez que existe a necessidade do confirmamento dos dados referentes às medições antes da elaboração dos projetos.

Os serviços a serem contratados são de baixa complexidade (instalação de novos extintores, bem como seus respectivos abrigos; recarga dos extintores



existentes; placas de sinalização; e aplicação de solução antichama em carpetes de tecido, etc), apresentam viabilidade técnica e econômica e trarão grandes benefícios com maior segurança aos usuários da edificação e ao patrimônio público.

Os serviços são especializados e oferecidos por empresas com experiência na área de engenharia, devidamente registradas nos órgãos competentes.

Requisitos a serem atendidos pela contratação:

- 7.1. O desenvolvimento dos serviços e projetos se darão em etapas conforme descrito a seguir. Todos os projetos e serviços relacionados a cada etapa deverão ser entregues concomitantemente e devidamente compatibilizados entre si.

Etapa 1

- 7.2. Para as edificações com enquadramento na categoria CLCB - Certificado de licença de Corpo de Bombeiros – conforme IT 01/2019, deverão serem providenciados todos os procedimentos, documentação, manutenção dos equipamentos existentes, recolhimento das taxas de vistoria e de ART/RRT que permitam ao Corpo de Bombeiros fazer a respectiva aprovação e homologação do CLCB da edificação.

Etapa 2

- 7.3. Para as edificações com enquadramento na categoria AVCB – Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros – conforme IT 01/2019, deverão serem providenciados todos os procedimentos, documentação, manutenção dos equipamentos existentes, recolhimento das taxas de vistoria e de ART/RRT que permitam ao Corpo de Bombeiros fazer a respectiva aprovação e homologação do AVCB da edificação.
- 7.4. Caso a edificação não possua a infraestrutura necessária de proteção e prevenção contra incêndio que permita o Corpo de Bombeiros realizar a vistoria deverão ser providenciados, conforme descrito na IT 01/2019, a elaboração do respectivo PTS (Projeto Técnico Simplificado) ou PT (Projeto Técnico), apresentação do mesmo ao Corpo de Bombeiros para análise e aprovação, com as devidas correções caso sejam apontadas.
- 7.5. O(s) projetos deverão obrigatoriamente estar de acordo com todas as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros bem com o Decreto Estadual 63.911/18



- 7.6. Para o início dos serviços do escopo do contrato será emitida a Ordem de Serviços
- 7.7. Na data de emissão da Ordem de Serviços, a critério da CONTRATANTE, esta poderá promover uma reunião para definição de diretrizes com a CONTRATADA, que receberá informações gerais sobre o escopo do trabalho e esclarecimentos sobre os procedimentos e padrões a serem adotados no planejamento, desenvolvimento e demais rotinas na execução do objeto do contrato.
- 7.8. Cabe a CONTRATADA a complementação de dados referente ao cadastro, conforme levantamento no local, cortes necessários ao completo entendimento do projeto, e demais documentos e plantas baixas necessárias, para aprovação do Corpo de Bombeiros;
- 7.9. Deverá ser feito o levantamento das interferências e consultas aos órgãos públicos junto às concessionárias de serviços públicos, mediante vistoria em campo.
- 7.10. Todas as informações coletadas deverão ser incorporadas às Memórias dos Projetos desenvolvidos.
- 7.11. Serão fornecidos a CONTRATADA os seguintes documentos:
- 7.12. Planta baixa e projetos complementares que a municipalidade possuir.
- 7.13. Estudo Técnico / Anteprojeto
- 7.14. O Anteprojeto visa à análise e escolha da solução que melhor corresponda aos interesses e as expectativas da CONTRATANTE sob o aspecto legal, técnico, social, econômico e ambiental do objeto.
- 7.15. Ao final desta etapa deverão ser apresentados os serviços e projetos abaixo relacionados de cada objeto em cópia impressa e em arquivo magnético com igual teor:
- 7.16. A critério da CONTRATANTE, o Anteprojeto poderá ser apresentado em reuniões em horário pré-determinado. Os custos para montagem da apresentação e participação nas reuniões estão incluídos no BDI.
- 7.17. O projeto deve receber aprovação da municipalidade para que siga seu desenvolvimento.

Etapa 3



- 7.18. Projetos executivos (Terceira Etapa)
- 7.19. terceira etapa terá início apenas após aprovação pela equipe técnica da municipalidade do material entregue, resultante da segunda etapa.
- 7.20. Esta etapa consiste na formalização da etapa de anteprojeto, já aprovada pela municipalidade., apresentando informação suficientes para a aprovação nos órgãos competentes, a CONTRATADA iniciará por solicitação da CONTRATANTE a elaboração dos Projetos Executivos. Nesta etapa deverão ser apresentados os serviços e projetos abaixo relacionados:
- Projetos executivos;
 - Memorial descritivo;
 - Caderno de especificações;
 - Planilha de quantitativos;
 - Memória de cálculo de quantitativos;
 - Memória de cálculo dos projetos complementares;
 - Memória justificativa;
- 7.21. Todos os documentos deverão ser bem identificados contendo o nome da unidade, assunto, numeração de páginas, data e nome do autor. Tais documentos deverão permitir a avaliação do custo e sua execução, bem como a definição dos métodos e o prazo de execução. Os quantitativos constantes da planilha são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.22. Caberá a CONTRATADA o acompanhamento junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para obtenção do AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; bem como a aprovação e obtenção em caso do CLCB.
- 7.23. A qualquer tempo e hora, a CONTRATADA ficará obrigada a prestar esclarecimentos de dúvidas geradas na concepção do projeto, de falta de compatibilização entre projetos ou de falta de clareza no detalhamento. A CONTRATANTE poderá solicitar, por escrito, algum detalhamento complementar sem ônus para a mesma.
- 7.24. Após a conclusão dos projetos, eventuais revisões poderão vir a ser solicitadas pela CONTRATANTE. Apenas aquelas caracterizadas como modificações, convenientemente acordadas entre as partes serão passíveis de remuneração.
- 7.25. A CONTRATADA poderá ser solicitada apenas para desenvolver, detalhar, ou copiar quaisquer projetos, a partir de uma concepção ou projeto já elaborado e apresentado pela CONTRATANTE. Os desenhos, plotados em papel sulfite, deverão ser entregues à CONTRATANTE para Aprovação.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

- 7.26. É de responsabilidade da CONTRATADA a conferência dos desenhos feitos por seus desenhistas/cadistas.
- 7.27. Havendo divergência nesta apresentação, a CONTRATANTE poderá solicitar a revisão dos mesmos, ainda que em versão final, sem ônus para a CONTRATANTE.

8 PROPRIEDADE DOS PROJETOS

- 8.1. Toda a documentação técnica elaborada pela CONTRATADA será de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, que dela se utilizará conforme melhor lhe convier. À CONTRATADA é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços, salvo com prévia autorização da supervisão da CONTRATANTE. Toda a documentação técnica fornecida à CONTRATADA para execução dos trabalhos deverá ser devolvida à CONTRATANTE, juntamente com os desenhos de emissão final.

9 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 9.1. O Cronograma Físico-Financeiro deve apresentar a previsão de gastos mensais com cada uma das etapas dos serviços, de forma a possibilitar uma análise da evolução física e financeira da mesma. Este Cronograma deve conter o percentual mensal de execução dos serviços, e a aplicação dos recursos de cada item relativos ao valor total, de forma compatível à Planilha Orçamentária apresentada.
- 9.2. Para a elaboração do Cronograma Físico-Financeiro é importante realizar um estudo do processo de implantação do programa proposto para definição do tempo disponível para a realização dos serviços.

10 MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO

- 10.1. O Memorial Técnico Descritivo deverá estar compatibilizado com o Projeto Técnico de cada especialidade e com a planilha orçamentária. É solicitado neste Memorial que as informações técnicas estejam detalhadas, com descrição pormenorizada de cada etapa, especificação de materiais a serem empregados, descrição detalhada das ações, orientando os serviços em cada uma de suas especialidades, para melhor compreensão do projeto apresentado pela Contratada.
- 10.2. Todos os documentos e os projetos deverão ter a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do profissional e seguir os padrões, diretrizes e



especificações técnicas das Normas vigentes.

- 10.3. Em algumas situações o projeto e a planilha apresentam restrições de espaço [para uma descrição pormenorizada] para uma melhor especificação de um material ou de um serviço, portanto é no Memorial Técnico Descritivo que este material ou serviço deverá ser amplamente descrito e explicado, etapa por etapa, com detalhes técnicos e especificações detalhadas.

11 DAS ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADES TÉCNICAS/REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 11.1. A CONTRATADA deverá apresentar a ART ou RRT de cada um dos profissionais responsáveis pelos Projetos e/ou serviços. O prazo máximo para entrega das mesmas será na entrega do projeto executivo e/ou na entrega dos documentos técnicos relativos aos serviços desenvolvidos sob pena de retenção da medição.
- 11.2. Todas as ART's ou RRT's deverão estar devidamente pagas quando da sua apresentação à CONTRATANTE, sendo que não serão consideradas ART's ou RRT's não quitadas, caso que será entendido como não entregue.
- 11.3. A CONTRATADA deverá apresentar uma declaração no ato da tomada de preços de como irá fazer de acordo com as áreas construídas dos prédios apresentados pela contratante, de como será a sua execução dos serviços para a obtenção do AVCB, a fim de ser entregue a CONTRATANTE.
- .

12. ESTIMATIVA DE CUSTO:

Realizou-se pesquisa de mercado e chegou-se a um valor médio, considerando empresas do ramo no valor médio de **R\$ 903.575,52** (novecentos e três mil quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)

13 JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DA SOLUÇÃO TÉCNICA E ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSA DENTRE AS AVALIADAS:

A escolha se dará pelo oferecimento de mão de obra especializada de fácil disponibilidade no mercado.

14. PLANO DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO



14.1. Informações necessárias para a continuidade da prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos, durante e após a contratação:

Não haverá prejuízo a continuidade da prestação dos serviços administrativos existentes nos prédios, vez que os serviços são de pequena monta e não interferirão nas atividades habituais da edificação.

A CONTRATADA deverá ser capaz de manter, conforme a necessidade, ao longo da execução dos serviços, profissionais habilitados(as) para execução dos mesmos.

O(A) profissional habilitado(a) indicado(a) pela CONTRATADA será o responsável por:

§ Fazer a interface com o(a) gestor(a) e fiscal administrativo(a) do CONTRATANTE;

§ Elaborar o Plano de Trabalho e apresentar ao CONTRATANTE para aprovação;

§ Acompanhar a execução dos serviços e prover a equipe de execução com suporte necessário referente a execução, planejamento, procedimentos, normas e regulamentações de segurança e de saúde.

14.2. Recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto que está sendo contratado:

Responsabilidade da Contratada fornecer a mão de obra e toda infraestrutura requerida para que os serviços possam ser prestados em conformidade com as normas técnicas vigentes. A gestão da equipe de execução é de responsabilidade da Contratada.

A CONTRATADA deverá ser capaz de manter, conforme a necessidade, ao longo da execução dos serviços, profissionais habilitados(as) para execução dos mesmos.

14.3. Elementos necessários à continuidade das atividades essenciais em eventual interrupção contratual:

Em caso de eventual interrupção contratual o gestor(a) deverá providenciar novo pedido de licitação. Caso necessário deverá ser avaliado pedido de contratação emergencial.

No caso de interrupção do serviço, o gestor(a) deverá providenciar as apurações administrativas devidas, nos termos dos regulamentos aplicáveis à espécie.



14.4. Planejamento das atividades de transição e encerramento contratual:

O serviço a ser contratado é por tempo determinado, incluindo mão de obra e instalação.

No encerramento contratual deverão ser fornecidos os documentos solicitados no Termo de Referência (exemplo: Laudos, “as built”, termo de garantia, etc).

14.5. Planejamento da estratégia de independência do Tribunal de Justiça em relação à Contratada:

Após a entrega do objeto em perfeitas condições, a Contratada somente será procurada por este município caso seja preciso acionar a garantias adicionais

15. ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

15.1. Indicação da natureza do objeto e dos elementos necessários para caracterizar o bem:

- 15.2 O desenvolvimento dos projetos se dará em etapas conforme descrito a seguir. Todos os projetos e serviços relacionados a cada etapa deverão ser entregues concomitantemente e devidamente compatibilizados entre si.

Etapas 1

- 15.3 Para as edificações com enquadramento na categoria CLCB - Certificado de licença de Corpo de Bombeiros – conforme IT 01/2019, deverão serem providenciados todos os procedimentos, documentação, manutenção dos equipamentos existentes, recolhimento das taxas de vistoria e de ART/RRT que permitam ao Corpo de Bombeiros fazer a respectiva aprovação e homologação do CLCB da edificação.

Etapas 2

- 15.4 Para as edificações com enquadramento na categoria AVCB – Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros – conforme IT 01/2019, deverão serem providenciados todos os procedimentos, documentação, manutenção dos equipamentos existentes, recolhimento das taxas de vistoria e de ART/RRT que permitam ao Corpo de Bombeiros fazer a respectiva aprovação e homologação do AVCB da edificação.

- 15.5 Caso a edificação não possua a infraestrutura necessária de proteção e prevenção contra incêndio que permita o Corpo de Bombeiros realizar a vistoria deverão ser providenciados,



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

conforme descrito na IT 01/2019, a elaboração do respectivo PTS (Projeto Técnico Simplificado) ou PT (Projeto Técnico), apresentação do mesmo ao Corpo de Bombeiros para análise e aprovação, com as devidas correções caso sejam apontadas.

- 15.6 O(s) projetos deverão obrigatoriamente estar de acordo com todas as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros bem com o Decreto Estadual 63.911/18
- 15.7 Para o início dos serviços do escopo do contrato será emitida a Ordem de Serviços
- 15.8 Na data de emissão da Ordem de Serviços, a critério da CONTRATANTE, esta poderá promover uma reunião para definição de diretrizes com a CONTRATADA, que receberá informações gerais sobre o escopo do trabalho e esclarecimentos sobre os procedimentos e padrões a serem adotados no planejamento, desenvolvimento e demais rotinas na execução do objeto do contrato.
- 15.9 Cabe a CONTRATADA a complementação de dados referente ao cadastro, conforme levantamento no local, cortes necessários ao completo entendimento do projeto, e demais documentos e plantas baixas necessárias, para aprovação do Corpo de Bombeiros;
- 15.10 Deverá ser feito o levantamento das interferências e consultas aos órgãos públicos junto às concessionárias de serviços públicos, mediante vistoria em campo.
- 15.11 Todas as informações coletadas deverão ser incorporadas às Memórias dos Projetos desenvolvidos.
- 15.12 Serão fornecidos a CONTRATADA os seguintes documentos:
- 15.13 Planta baixa e projetos complementares que a municipalidade possuir.
- 15.14 Estudo Técnico / Anteprojeto
- 15.15 O Anteprojeto visa à análise e escolha da solução que melhor corresponda aos interesses e as expectativas da CONTRATANTE sob o aspecto legal, técnico, social, econômico e ambiental do objeto.
- 15.16 Ao final desta etapa deverão ser apresentados os serviços e projetos abaixo relacionados de cada objeto em cópia impressa



e em arquivo magnético com igual teor:

- 15.17 A critério da CONTRATANTE, o Anteprojeto poderá ser apresentado em reuniões em horário pré-determinado. Os custos para montagem da apresentação e participação nas reuniões estão incluídos no BDI.
- 15.18 O projeto deve receber aprovação da municipalidade para que siga seu desenvolvimento.

Etapa 3

- 15.19 Projetos executivos (Terceira Etapa)
- 15.20 terceira etapa terá início apenas após aprovação pela equipe técnica da municipalidade do material entregue, resultante da segunda etapa.
- 15.21 Esta etapa consiste na formalização da etapa de anteprojeto, já aprovada pela municipalidade., apresentando informação suficientes para a aprovação nos órgãos competentes, a CONTRATADA iniciará por solicitação da CONTRATANTE a elaboração dos Projetos Executivos. Nesta etapa deverão ser apresentados os serviços e projetos abaixo relacionados:

Projetos executivos;
Memorial descritivo;
Caderno de especificações;
Planilha de quantitativos;
Memória de cálculo de quantitativos;
Memória de cálculo dos projetos complementares;
Memória justificativa;

- 15.22 Todos os documentos deverão ser bem identificados contendo o nome da unidade, assunto, numeração de páginas, data e nome do autor. Tais documentos deverão permitir a avaliação do custo e sua execução, bem como a definição dos métodos e o prazo de execução. Os quantitativos constantes da planilha são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 15.23 Caberá a CONTRATADA o acompanhamento junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para obtenção do AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; bem como a aprovação e obtenção em caso do CLCB.
- 15.24 A qualquer tempo e hora, a CONTRATADA ficará obrigada a prestar esclarecimentos de dúvidas geradas na concepção do



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

projeto, de falta de compatibilização entre projetos ou de falta de clareza no detalhamento. A CONTRATANTE poderá solicitar, por escrito, algum detalhamento complementar sem ônus para a mesma.

15.25 Após a conclusão dos projetos, eventuais revisões poderão vir a ser solicitadas pela CONTRATANTE. Apenas aquelas caracterizadas como modificações, convenientemente acordadas entre as partes serão passíveis de remuneração.

15.26 A CONTRATADA poderá ser solicitada apenas para desenvolver, detalhar, ou copiar quaisquer projetos, a partir de uma concepção ou projeto já elaborado e apresentado pela CONTRATANTE. Os desenhos, plotados em papel sulfite, deverão ser entregues à CONTRATANTE para Aprovação.

15.27 É de responsabilidade da CONTRATADA a conferência dos desenhos feitos por seus desenhistas/cadistas.

15.28 Havendo divergência nesta apresentação, a CONTRATANTE poderá solicitar a revisão dos mesmos, ainda que em versão final, sem ônus para a CONTRATANTE.

16. PROPRIEDADE DOS PROJETOS

Toda a documentação técnica elaborada pela CONTRATADA será de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, que dela se utilizará conforme melhor lhe convier. À CONTRATADA é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços, salvo com prévia autorização da supervisão da CONTRATANTE. Toda a documentação técnica fornecida à CONTRATADA para execução dos trabalhos deverá ser devolvida à CONTRATANTE, juntamente com os desenhos de emissão final.

17. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

17.1 O Cronograma Físico-Financeiro deve apresentar a previsão de gastos mensais com cada uma das etapas dos serviços, de forma a possibilitar uma análise da evolução física e financeira da mesma. Este Cronograma deve conter o percentual mensal de execução dos serviços, e a aplicação dos recursos de cada item relativos ao valor total, de forma compatível à Planilha Orçamentária apresentada.

17.2 Para a elaboração do Cronograma Físico-Financeiro é



importante realizar um estudo do processo de implantação do programa proposto para definição do tempo disponível para a realização dos serviços.

18. MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO

- 18.1 O Memorial Técnico Descritivo deverá estar compatibilizado com o Projeto Técnico de cada especialidade e com a planilha orçamentária. É solicitado neste Memorial que as informações técnicas estejam detalhadas, com descrição pormenorizada de cada etapa, especificação de materiais a serem empregados, descrição detalhada das ações, orientando os serviços em cada uma de suas especialidades, para melhor compreensão do projeto apresentado pela Contratada.
- 18.2 Todos os documentos e os projetos deverão ter a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do profissional e seguir os padrões, diretrizes e especificações técnicas das Normas vigentes.
- 18.3 Em algumas situações o projeto e a planilha apresentam restrições de espaço [para uma descrição pormenorizada] para uma melhor especificação de um material ou de um serviço, portanto é no Memorial Técnico Descritivo que este material ou serviço deverá ser amplamente descrito e explicado, etapa por etapa, com detalhes técnicos e especificações detalhadas.

19. DAS ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADES TÉCNICAS/REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 19.1 A CONTRATADA deverá apresentar a ART ou RRT de cada um dos profissionais responsáveis pelos Projetos e/ou serviços. O prazo máximo para entrega das mesmas será na entrega do projeto executivo e/ou na entrega dos documentos técnicos relativos aos serviços desenvolvidos sob pena de retenção da medição.
- 19.2 Todas as ART's ou RRT's deverão estar devidamente pagas quando da sua apresentação à CONTRATANTE, sendo que não serão consideradas ART's ou RRT's não quitadas, caso que será entendido como não entregue.
- 19.3 A CONTRATADA deverá apresentar uma declaração no ato



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

da tomada de preços de como irá fazer de acordo com as áreas construídas dos prédios apresentados pela contratante, de como será a sua execução dos serviços para a obtenção do AVCB, a fim de ser entregue a CONTRATANTE.

20. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DO OBJETO COM A DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA DIVISÃO:

20.1 Considerando-se a natureza do objeto, não é indicado o seu parcelamento, uma vez que as atividades referentes ao fornecimento dos bens e execução dos serviços a serem contratados são interdependentes e devem ser executados por uma única empresa, reduzindo assim os custos e os riscos da contratação.

20.2 Além disso, na hipótese de contratação de empresas distintas para a obtenção dos AVCB's/CLCB's, haveria o risco de perda de garantia caso ocorram defeitos oriundos de serviços ou de assistência técnica inadequada prestada por terceiros. Poderá haver certa dificuldade em avaliar possíveis irregularidades na execução dos projetos, gerando um conflito de responsabilidades entre as empresas contratadas.

20.3 Sob o aspecto estritamente econômico, ao se fragmentar o serviço aumenta-se o valor total de sua prestação, vez que a contratação, além dos serviços a serem prestados, envolve a entrega de materiais diversos, com custo de encargos que agregam o preço final.

21. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO, A UMA OU VÁRIAS EMPRESAS, SE POR ITENS OU POR GRUPO DE ITENS:

Em razão da inviabilidade do parcelamento do objeto da presente contratação, a adjudicação do objeto será a uma empresa, por grupo de itens, sendo que esta deve atender a todos os requisitos do edital.

22. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO:

22.1 O objeto em questão se refere a serviço comum de engenharia, vez que apesar de ser realizado por empresas do ramo da engenharia, os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado.

22.2 Trata-se de licitação tipo menor preço.

23. JUSTIFICATIVA DA VIGÊNCIA COM A INDICAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA DOS BENS E SERVIÇOS:

Prazo de Execução dos Serviços e de vigência

O prazo de vigência engloba o prazo de execução dos serviços, objeto desta contratação, de 270 (duzentos e setenta) dias, sendo, 180 (cento e oitenta) dias



para a execução dos projetos contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços pelo Contratante, e 90 (noventa) dias para a obtenção do AVCB, contados a partir do fim da execução dos serviços, acrescidos de 120 (cento e vinte) dias corridos após o final do prazo de execução, sendo: 15 dias para o recebimento provisório; 15 dias para o recebimento definitivo; e 30 dias para pagamento da parcela final, quando houver.

Garantia dos bens e serviços

Os serviços de ordem civil (projetos) e os referentes aos Sistemas de Prevenção de Combate a Incêndio (projetos) deverão contar com garantia contratual de 05 (cinco) anos, a partir da data de recebimento definitivo da obra.

24. DEFINIÇÃO DOS INTEGRANTES DA EQUIPE DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO:

Gestor: A ser indicado no ato de Contratação;

Fiscal do Contrato: A ser indicado no ato de Contratação.

25. ANÁLISE DE RISCOS

Caso a contratação não aconteça, as edificações não poderão se adequar quanto às questões de segurança contra incêndio, nos termos das normas vigentes.

25.1 Identificação dos principais riscos que possam comprometer o sucesso da contratação ou que emergirão caso ela não seja realizada:

- a) Risco 1. Falta de interesse na prestação do serviço por parte das Empresas;
- b) Risco 2. Termo de Referência em desacordo com a prática do mercado;
- c) Risco 3. Valor referencial em desacordo com o praticado no mercado;
- d) Risco 4. Falta de qualificação técnica da empresa e seus funcionários(as).

25.2 Mensuração das probabilidades de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco identificado:

- a) Risco 1: Probabilidade baixa, tendo em vista se tratar de serviço executado por diversas empresas;
- b) Risco 2: Probabilidade baixa, tendo em vista a contratação de empresa especializada para elaboração do projeto e do Termo de Referência - Consórcio MHA/RAF;



- c) Risco 3: Probabilidade baixa, por ter sido realizada planilha orçamentária, utilizando planilhas atualizadas de mercado.
- d) Risco 4: Probabilidade baixa, ante a exigência de habilitação técnica da empresa e profissionais focada na efetiva execução contratual.

25.3. Ações previstas para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionados a cada risco:

- A. Risco 1: Realizar ampla divulgação da licitação.
- B. Risco 2: Elaboração de Termo de Referência de acordo com informações técnicas de serviços disponíveis moldadas para a contratação esperada.
- C. Risco 3: Elaboração de Termo de Referência de acordo com informações técnicas de serviços disponíveis moldadas para a contratação esperada.
- D. Risco 4: Solicitar, no edital de licitação, qualificação dos profissionais de acordo com as especialidades necessárias à realização dos serviços.

25.4. Ações de contingência a serem adotadas se os eventos correspondentes aos riscos se concretizem:

- A. Risco 1: Ampliar a divulgação da necessidade de contratação e alterar o prazo de execução do serviço;
- B. Risco 2: Adequação da documentação referencial elaborada e alterar o prazo de execução do serviço;
- C. Risco 3: Adequação da documentação referencial elaborada e alterar o prazo de execução do serviço;
- D. Risco 4: Ampliar a divulgação da necessidade de contratação e alterar o prazo de execução do serviço.

26. Responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e pelos procedimentos de contingência:

- A. Risco 1: Setor de planejamento da contratação;
- B. Riscos 2 e 4: Fiscal do contrato e gestor
- C. Risco 3: Setor de planejamento da contratação e empresa contratada para elaboração do projeto e planilha de composição de preços.

27 - REFERÊNCIAS:



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

- Corpo de Bombeiro do Estado de São Paulo (CBSP);
- Instrução Técnica (IT) nº 01:2019 – Procedimentos Administrativos;
- Instrução Técnica (IT) nº 06:2019 – Acesso de viatura na edificação e áreas de risco;
- Instrução Técnica (IT) nº 08:2019 – Segurança estrutural contra incêndio;
- Instrução Técnica (IT) nº 10:2019 – Controle de materiais de acabamento e de revestimento;
- Instrução Técnica (IT) nº 11:2019 – Saídas de emergência;
- Instrução Técnica (IT) nº 14:2019 – Carga de incêndio nas edificações e áreas de risco;
- Instrução Técnica (IT) nº 17:2019 – Brigada de incêndio;
- Instrução Técnica (IT) nº 18:2019 – Iluminação de emergência;
- Instrução Técnica (IT) nº 19:2019 – Sistema de detecção e alarme de incêndio;
- Instrução Técnica (IT) nº 20:2019 – Sinalização de emergência;
- Instrução Técnica (IT) nº 21:2019 – Sistema de proteção por extintores de incêndio;
- Instrução Técnica (IT) nº 22:2019 – Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
- Instrução Técnica (IT) nº 28:2019 – Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP);
- Instrução Técnica (IT) nº 41:2019 – Inspeção visual em instalações elétricas de baixa tensão;
- Instrução Técnica (IT) nº 42:2019 – Projeto Técnico Simplificado (PTS);
- Instrução Técnica (IT) nº 43:2019 – Adaptação às normas de segurança contra incêndio – edificações existentes;

27.1. NORMAS BRASILEIRAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS:

- ABNT NBR 13.523:2019 – Central de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP;
- ABNT NBR 15.526:2012 – Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - Projeto e execução;
- ABNT NBR 9.050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 5.410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR-5.419-1:2015 – Proteção contra Descargas Atmosféricas – Parte 1: Princípios Gerais;
- ABNT NBR-5.419-2:2015 – Proteção contra Descargas Atmosféricas – Parte 2: Gerenciamento de Risco;
- ABNT NBR-5.419-3:2015 – Proteção contra Descargas Atmosféricas – Parte 3: Danos Físicos a Estruturas e Perigos à Vida;
- ABNT NBR-5.419-4:2015 – Proteção contra Descargas Atmosféricas – Parte 4: Sistemas Elétricos e Eletrônicos Internos na Estrutura.

27.2. DECRETOS E LEIS:

- Decreto Estadual do Corpo de Bombeiros nº 56.819:2011 e as suas respectivas Instruções Técnicas (Its)



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

28 – ANEXO RELAÇÃO DOS IMÓVEIS PERTENCENTES A MUNICIPALIDADE

ANEXO TERMO DE REFERENCIA - IMÓVEIS PRETENCENTES AO MUNICIPIO

Inscrição do Imóvel	Proprietário	Endereço	Número do Imóvel		Área Construída (m²)	Área de Terreno (m²)
01-002-0042-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	JOÃO CAPISTRANO MARQUES	25	SÃO JOÃO	58,86	1.344,00
01-010-0517-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	OVÍDIO ALVES CAPUCHO	195	PARQUE PRIMAVERA	256,15	300,00
01-016-0074-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MATURINO RODRIGUES DO PRADO	95	PARQUE PRIMAVERA	490,45	1.638,50
01-016-0430-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	JOSÉ DA SILVEIRA MENDES	230	PARQUE PRIMAVERA	2641,09	4.176,00
01-016-0430-002	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	JOSÉ DA SILVEIRA MENDES	232	PARQUE PRIMAVERA	240	240,000
01-058-0383-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	TEÓFILO DA SILVA AZEVEDO	0	PITÉU	175,92	200,00
01-064-0182-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MANOEL MARTINS RODRIGUES	0	PITÉU	1497,18	1.800,00
01-068-0079-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ORRIS BENEDITO BARBOSA	0	PITÉU	64,94	402,19
01-068-0079-002	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ORRIS BENEDITO BARBOSA	0	PITÉU	190,49	1.179,79
01-068-0079-003	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ORRIS BENEDITO BARBOSA	0	PITÉU	814,55	5.044,88
01-068-0079-004	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ORRIS BENEDITO BARBOSA	0	PITÉU	99,23	614,59
01-098-0170-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MANOEL DUARTE DE CARVALHO	20	JARDIM EUROPA I	225,8	357,75
01-102-0631-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	FOSCO ROSSI	0	JARDIM EUROPA I	1840,64	4.973,43
01-114-0020-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	VINÍCIUS MACHADO DA CRUZ	720	PARQUE PRIMAVERA	77,57	373,00
01-124-0088-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	BENTO JOSÉ FERNANDES	0	PITÉU	829,2	1.925,00



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

02-003-0287-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ORRIS BENEDITO BARBOSA	656	PITÉU	764,8	3.120,00
02-018-0040-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES	0	CENTRO	317,46	535,50
02-032-0235-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	PRADO FILHO	0	CENTRO	115,19	3.617,25
02-033-0200-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SEVERINO MOREIRA BARBOSA	178	CENTRO	175	149,13
02-038-0067-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	PRUDENTE DE MORAES	170	CENTRO	1166,4	1.326,89
02-048-0241-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MARECHAL DEODORO	54	CENTRO	290,4	354,04
02-049-0091-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	TREZE DE MAIO	0	ALTO DA IGREJA	470,82	426,00
02-057-0049-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	PLÁCIDO GUEDES MAGALHÃES	0	VILA CACARRO	242	475,05
02-063-0223-002	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SEBASTIÃO FORTES	200	VILA CACARRO	1529,15	4.404,88
02-063-0266-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SEBASTIÃO FORTES	294	VILA CACARRO	154	1.037,92
02-075-0234-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CORONEL DOMICIANO	92	CENTRO	1335,69	763,28
02-075-0234-002	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	DOUTOR BERNARDINO DE CAMPOS	88	CENTRO	242,59	312,31
02-075-0234-003	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	DOUTOR BERNARDINO DE CAMPOS	88	CENTRO	76,93	22,89
02-075-0234-004	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CORONEL DOMICIANO	92	CENTRO	151,07	105,58
02-108-0130-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ANA FORTES PINTO	55	SÃO JOÃO	casa	300,00
02-108-0202-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MAESTRO LORENA	705	SÃO JOÃO	587,46	676,03
02-108-0216-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MAESTRO LORENA	689	SÃO JOÃO	197,58	422,51
02-109-0089-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	NELSON VARELLA	0	SÃO JOÃO	casa	300,00



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

02-109-0099-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	NELSON VARELLA	0	SÃO JOÃO	casa	300,00
02-115-3972-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MARGINAL DO RIO PARAÍBA	4090	TURMA 26	120,31	125,45
02-119-1643-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MARGINAL DO RIO PARAÍBA	0	TURMA 26	992,4	1.200,00
03-037-0265-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SILVA CALDAS	0	VILA CARMEM	1365,87	16.441,94
03-037-0265-002	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SILVA CALDAS	0	VILA CARMEM	1236	9.911,06
03-037-0265-003	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SILVA CALDAS	0	VILA CARMEM	508,26	5.144,24
03-037-0265-004	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SILVA CALDAS	0	VILA CARMEM	1348	12.862,76
03-039-0052-002	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SILVA CALDAS	110	VILA CARMEM	170	13.299,18
03-057-0073-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	RANGEL PESTANA	0	MARGEM ESQUERDA	554	887,50
03-057-0073-002	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	RANGEL PESTANA	0	MARGEM ESQUERDA	327	483,14
03-057-0326-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	RANGEL PESTANA	0	MARGEM ESQUERDA	716,66	1.021,75
03-057-0326-002	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	BOM JESUS	0	MARGEM ESQUERDA	474,79	1.171,20
03-057-0326-003	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	BOM JESUS	105	MARGEM ESQUERDA	740	2.093,78
03-057-0326-004	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	RANGEL PESTANA	202	MARGEM ESQUERDA	63,6	198,00
03-057-0326-005	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	BOM JESUS		MARGEM ESQUERDA	158,1	210,25
03-069-0117-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ANTÔNIO CARLOMAGNO	517	MARGEM ESQUERDA	42,5	172,50
03-071-0239-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ANTÔNIO CARLOMAGNO	0	MARGEM ESQUERDA	912,97	7.215,00
03-108-0024-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ARTHUR OSCAR KREY	0	VILA CARMEM	0	1.032,00



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

03-108-0054-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	ARTHUR OSCAR KREY	40	VILA CARMEM	355,04	750,00
03-131-0033-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	100	JARDIM TRABALHISTA	37,35	250,00
03-131-0128-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	130	JARDIM TRABALHISTA	62,88	202,94
03-131-0143-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	140	JARDIM TRABALHISTA	59,4	270,02
03-132-0129-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	LAVRINHAS	105	JARDIM TRABALHISTA	1263,73	2.053,29
03-132-0161-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	LAVRINHAS	75	JARDIM TRABALHISTA	184,24	885,84
03-132-0337-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	LAVRINHAS	35	JARDIM TRABALHISTA	4003,17	2.529,21
03-132-0337-002	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	LAVRINHAS	35 FUNDOS	JARDIM TRABALHISTA	1033,76	914,23
03-136-0039-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SINÉSIO GURGEL GUIDA	155	MARGEM ESQUERDA	174,26	130,00
03-146-0509-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CACHOEIRA PAULISTA	0	JARDIM TRABALHISTA	1027	5.303,57
03-220-0221-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	LORENA	25	JARDIM TRABALHISTA	951,86	3.827,30
04-073-0255-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MELCHÍADES DE GODOY	55	EMBAÚ	178,28	487,00
04-083-0579-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	MARIA APARECIDA GODOY VALENTE	1110	EMBAÚ	240,47	647,00
04-089-0274-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	LUIZ PINTO FERREIRA	117	QUILOMBO	56,16	296,00
04-089-0510-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CECÍLIA LEOPOLDINA FLEMING	189	QUILOMBO	2022	2.193,00
04-090-0237-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CECÍLIA LEOPOLDINA FLEMING	0	QUILOMBO	85,21	1.180,00
04-091-0297-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	DEPUTADO OSWALDO ORTIZ MONTEIRO	0	BAIRRO DAS PALMEIRAS	247,88	56.880,60
05-017-0302-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CORONEL JOSÉ JOAQUIM FERREIRA	0	EMBAUZINHO	863,77	918,50



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

05-027-0155-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CORONEL JOSÉ JOAQUIM FERREIRA	390	EMBAUZINHO	454	498,01
05-027-0162-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CORONEL JOSÉ JOAQUIM FERREIRA	0	EMBAUZINHO	193	300,00
05-036-0370-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	CORONEL JOSÉ JOAQUIM FERREIRA	0	EMBAUZINHO	658,76	9.395,63
06-005-0004-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SÃO MIGUEL	0	SAO MIGUEL	65	153,00
06-005-0008-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SÃO MIGUEL	0	SAO MIGUEL	51	94,50
06-005-0009-001	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA	SÃO MIGUEL	0	SAO MIGUEL	15	15,00
02-023-0104-001	SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	SÃO SEBASTIÃO	0	CENTRO	789	1.813,00
02-038-0234-001	SECRETARIA DA EDUCACAO	DOUTOR BERNARDINO DE CAMPOS	103	CENTRO	495	952,18
02-038-0234-002	SECRETARIA DA EDUCACAO	DOUTOR BERNARDINO DE CAMPOS	103	CENTRO	1335,24	1.910,14
03-056-0174-001	SECRETARIA DA EDUCACAO	RANGEL PESTANA	0	MARGEM ESQUERDA	2449,64	3.685,00
04-070-0118-001	SECRETARIA DE ENSINO	MELCHIADES DE GODOY	90	EMBAÚ	1043,46	3.438,00
04-079-0599-001	SECRETARIA DA EDUCACAO	SANTA CRUZ	235	EMBAÚ	826,8	4.202,92
04-079-0599-002	SECRETARIA DA EDUCACAO	SANTA CRUZ	235	EMBAÚ	1258,68	3.033,85

LEGENDA

	imóveis com área atualizada a partir de projeto existente
	imóveis com área atualizada a partir de imagem georeferenciada
	imóvel que pode não estar em poder do município
FONTE	imóvel que não foi possível identificar sua localização
FONTE	imóvel que não contem área construída ou objeto de aprovação

A área aferida, conta com toda a área coberta de possível identificação, sendo assim a área contabilizada envolve telheiros, áreas de serviço, garagens ... Enfim toda a área com cobertura, podendo assim ter uma diferença da área aferida em loco.

Tendo isso como parâmetro, a área final aferida em loco pode haver alguma variação.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.



Pregão Eletrônico 007/2023– Processo 039/2024

**ANEXO 02 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO E PARA
ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Os documentos exigidos para habilitação (**ANEXO II e III**) deverão ser enviados **exclusivamente por meio do sistema**, em formato digital, sob pena de inabilitação.

A não inserção dos documentos de habilitação, na plataforma, acarretará a imediata INABILITAÇÃO do licitante.

1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e)** Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

2 – PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.
- d)** Prova de Regularidade de Débitos Tributários Estaduais expedida pela Procuradoria Geral do Estado.
- e)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- f)** Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- g)** Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.



3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

a.1) Havendo registro de processo de recuperação judicial, deverá a licitante que nesta hipótese incorrer, apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, para fins de sua habilitação neste item, de acordo com a Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4- DECLARAÇÕES EXIGIDAS

a) Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

b) Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

c) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

e) Declaramos que a empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme Inciso III do art. 14 da Lei 14.133/21.

f) Declaramos não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar n/ 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra.

g) A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

h) A empresa, no uso de suas atribuições legais, vem declarar, para fins de participação de processo licitatório, sob as penas da Lei, de que atende ao Inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/21 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.

i) Declaramos que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02;

Disposições Gerais

A verificação pela(o) Pregoeira(o) em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

Na análise dos documentos de habilitação, a(o) Pregoeira(o) e Equipe de Apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Os documentos para fins de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, preferencialmente autenticados digitalmente, constando o selo digital com a indicação do sítio eletrônico para a verificação da veracidade das informações, nos termos da Lei Federal nº 8.935/94.

Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, a comprovação das informações será realizada mediante a apresentação dos documentos originais não digitais.

Os documentos apresentados digitalmente são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

Os documentos obtidos via sítios eletrônicos deverão ser apresentados em formato digital, sendo verificada sua autenticidade nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Equipe de Apoio ao Pregoeiro solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

O (a) pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa. Considerando o princípio da economicidade, caso falte informações/assinaturas quanto as declarações exigidas, esta poderá ser sanada pelo licitante ainda na sessão pública, assegurando-lhe um prazo de 30 (trinta) minutos.

Disposições finais

1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Conforme art. 43 da L.C. nº 123/06)

2.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, **será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 – MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA – SP

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo) DECLARAMOS para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

- a)** Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 (quando for o caso).
- b)** Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- c)** Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- d)** Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
- e)** Declaramos que a empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme Inciso III do art. 14 da Lei 14.133/21.
- f)** Declaramos não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar n/ 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra.
- g)** A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.
- h)** A empresa, no uso de suas atribuições legais, vem declarar, para fins de participação de processo licitatório, sob as penas da Lei, de que atende ao Inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/21 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.
- i)** Declaramos que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02;

(Local e Data) - (Responsável legal e assinatura)



ANEXO 04 – MODELO CARTA PROPOSTA

Obs: Este modelo poderá ser utilizado pelo vencedor da fase de lances , para efeito da fase de julgamento da proposta

À Prefeitura de Cachoeira Paulista/SP

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 – Comissão de Licitação – Carta Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados **(descrever o item que a empresa ganhou)**, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

DESCRIÇÃO:

A contratada terá que apresentar todos os projetos necessários e detalhados que venha a ser necessários para posterior execução e posterior emissão do AVCB.

Para os projetos de obtenção AVCB serão necessários aprovação pelo corpo de bombeiro, é de total responsabilidade da contratada a aprovação junto a concessionaria local.

Os levantamentos nos locais serão de responsabilidade da contratada, nos seguintes horários segunda à sexta-feira das 07 às 17 horas acompanhado por um fiscal do município.

A empresa contratada deverá elaborar Projetos, Cronograma Físico/ Financeiro, Planilha Orçamentária, Memoria de Cálculo e Memorial Descritivo sob cada um dos prédios descritos neste termo.

Os projetos para emissão de AVCB deverão respeitar as normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (Normas Vigentes).

A Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo deverão ser elaborados com base na tabela de preços CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e/ou tabela SINAPI (Caixa Econômica Federal), sendo possível também a utilização de itens com preços baseados na média do mercado local, onde deverão ser apresentados três orçamentos e a média de preços de tais orçamentos será o valor utilizado na planilha. Para utilização das tabelas SINAPI e CDHU as mesmas deverão estar atualizadas em suas versões mais recentes;

Os projetos deverão ser plotados conforme normas da ABNT em tamanhos compatíveis (A0, A1, A2 e A3);



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

QUANTIDADE ESTIMADA:

O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de obtenção de AVCB imóveis pertencentes ao município listados abaixo:

Item	Descrição	QTD.	UNID.	v. unit.	Valor total
1	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE CLCB - EDIFICAÇÕES COM ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL ATÉ 750m², ALTURA INFERIOR A 12m E RISCO BAIXO DE INCÊNDIO	54	UNID.		
2	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE AVCB - EDIFICAÇÕES COM ÁREA CONSTRUÍDA ENTRE 750m² E 1500m², SEM EXIGÊNCIA DE ADEQUAÇÕES	21	UNID.		
3	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO PARA EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 1500m².	7	UNID.		
4	ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS PARA VISTORIA DE CORPO DE BOMBEIRO: RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, ENSAIOS HIDROSTÁTICOS EM MANGUEIRAS DE HIDRANTE, SINALIZAÇÕES, SUPORTES PARA EXTINTORES, TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO (QUANDO NECESSÁRIO) LIMITADOS AOS ITENS 1 E 2 DESTA PROPOSTA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA E EQUIPAMENTOS	1	VB		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE (responsável pela assinatura do contrato) E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE:

CPF:

DATA DE NASCIMENTO:

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

TELEFONE:

E-MAIL PESSOAL:

E-MAIL INSTITUCIONAL:

AGENCIA e Nº DA CONTA BANCARIA:

2.CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

Os preços cotados pela empresa vencedora não poderão ultrapassar os preços unitários estimados pela Administração.

Será rejeitada a proposta que contenha mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

O Prazo de Execução: conforme edital.

2.2 - O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DO PROPONENTE

(Obs: Rubricada em todas as folhas e assinada pelo Representante Legal da Empresa)



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

Pregão Eletrônico 007/2024– Processo 039/2024

ANEXO 05 – MINUTA DE ATA DE REGISTRO

ATA DE REGISTRO Nº ____/2.024

**ATA DE REGISTRO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
DA
CACHOEIRA PAULISTA/SP.**

Aos ____ dias do mês de ____ de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA/SP**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 45.192.275/0001-02, situada na Av. Coronel Domiciano, nº 092, representada pelo Prefeito Municipal, **Antonio Carlos Mineiro**, brasileiro, empresário, portadora do RG nº xx.246.848-x SSP/SP e do CPF nº XXX.334.398-XX, residente e domiciliado na cidade de Cachoeira Paulista/SP – de ora em diante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e de outro lado a empresa _____, cadastrada no CNPJ sob o número ____/____-__, com sede na _____, ____ - _____ - CEP _____ - ____/____, representada pelo Senhor _____, _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG nº ____/____ e inscrito no CPF/MF sob nº ____-__, residente e domiciliado na cidade de ____/____ – de ora em diante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 132 de 08 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Nos termos do **Pregão Eletrônico nº 007/2024 – Processo nº 039/2024**, fica(m) a(s) empresa(s) _____, responsável pelo fornecimento futuro de serviços PARA ELABORAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO DO AVCB -AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS OU CLCB-CERTIFICADO DE LICENÇA DE CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE PARA AS EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 750M² DEVERÃO SER APRESENTADOS PROJETO TÉCNICO (PT) OU PROJETO TÉCNICO SIMPLIFICADO (PTS), CONFORME ESPECIFICADOS NA IT 01/2019 DO DECRETO ESTADUAL 63.911 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA SEREM IMPLANTADO NOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

DESCRIÇÃO:

A contratada terá que apresentar todos os projetos necessários e detalhados que venha a ser necessários para posterior execução e posterior emissão do AVCB.

Para os projetos de obtenção AVCB serão necessários aprovação pelo corpo de bombeiro, é de total responsabilidade da contratada a aprovação junto a concessionaria local.

Os levantamentos nos locais serão de responsabilidade da contratada, nos seguintes horários segunda à sexta-feira das 09 às 17 horas acompanhado por um fiscal do município.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

A empresa contratada deverá elaborar Projetos, Cronograma Físico/ Financeiro, Planilha Orçamentária, Memoria de Cálculo e Memorial Descritivo sob cada um dos prédios descritos neste termo.

Os projetos para emissão de AVCB deverão respeitar as normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (Normas Vigentes).

Os projetos deverão ser plotados conforme normas da ABNT em tamanhos compatíveis (A0, A1, A2 e A3);

QUANTIDADE ESTIMADA:

O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de obtenção de AVCB dos imóveis pertencentes ao município listados abaixo:

Item	Descrição	QTD.	UNID.	v. unit.	Valor total
1	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE CLCB - EDIFICAÇÕES COM ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL ATE 750m², ALTURA INFERIOR A 12m E RISCO BAIXO DE INCÊNDIO	54	UNID.		
2	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE AVCB - EDIFICAÇÕES COM ÁREA CONSTRUÍDA ENTRE 750m² E 1500m², SEM EXIGÊNCIA DE ADEQUAÇÕES	21	UNID.		
3	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO PARA EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 1500m².	7	UNID.		
4	ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS PARA VISTORIA DE CORPO DE BOMBEIRO: RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, ENSAIOS HIDROSTÁTICOS EM MANGUEIRAS DE HIDRANTE, SINALIZAÇÕES, SUPORTES PARA EXTINTORES, TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO (QUANDO NECESSÁRIO) LIMITADOS AOS ITENS 1 E 2 DESTA PROPOSTA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA E EQUIPAMENTOS	1	VB		



CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUJEIÇÃO AO EDITAL E SEUS

ANEXOS

2.1. A contratada ratifica sua sujeição a todas as exigências do Edital de **Pregão Eletrônico nº 007/2024**, que constitui parte integrante desta ata de registro de preços, juntamente com a proposta vencedora, exceto no que esta última vier a contrariar as normas especificadas nos instrumentos da contratante.

2.2. A existência de preços registrados não obriga o Município de Cachoeira Paulista a firmar contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. Os preços registrados, de acordo com as especificações do serviço, bem como, quantidades estimadas de cada item registrado para a Fornecedora são os relacionados na cláusula primeira e terceira.

3.2. O valor global da ata de registro de preços é de **R\$ _____** (_____).

3.3. O valor da ata de registro permanecerá fixo e irrevogável até o final deste.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E EMPENHO

4.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal eletrônica. **É obrigatória a inscrição da declaração, no corpo da nota fiscal eletrônica: Referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2024 – Processo nº 039/2024 – Ata de Registro nº ____/2.024 – Autorização de Fornecimento nº.**

4.2. As aquisições decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por intermédio de autorização de fornecimento, com base nas condições estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 007/2024** e cláusulas complementares acordadas entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. Prazo e forma de entrega: A partir da assinatura da ata de registro a empresa terá o prazo de 12 meses para a finalização do objeto e deverá entregar todos os projetos de forma individual em forma de arquivo (extensão DWG e PDF) e de maneira impressa. A Planilha Orçamentária, memorial de cálculo, cronograma e Memorial Descritivo deverão ser encaminhados também em extensão PDF e em versão impressa em duas cópias devidamente assinadas. Os projetos (projeto, planilha orçamentária e memorial descritivo) deverão ser entregues de maneira parcelada, dentro do período da vigência desta Ata, conforme especificações no Cronograma Físico/Financeiro. Os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras.

5.2. Local de Execução: deverá ser realizado nos endereços constantes no Termo de referência.

5.3. Vigência: A Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**.

5.4. Toda Autorização de Fornecimento emitida dentro da vigência desta Ata de Registro de Preços substituirá a formalização de contrato e terá vigência de 12 (doze) meses.



CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO

6.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- I.** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou
- II.** o pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

6.2. O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no § 9º do artigo 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

- I.** atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e
- II.** atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.

6.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

- I.** multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
- II.** multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- III.** ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

§ 1º. A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

§ 2º. O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

§ 3º. As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

6.4. As sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

Parágrafo único. O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados;

6.5. Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

§ 1º. O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 2º. Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Em caso de rescisão da ata de registro de preços poderá ser feita amigável ou judicialmente, nos expressos termos da legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

8.1. Com a assinatura desta Ata de Registro de Preços, a empresa _____, que teve o seu preço registrado assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados.

8.2. Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com a necessidade das **Secretarias**, por meio da emissão de **Autorização de Fornecimento**.

8.3. A Ata de Registro de Preços é um compromisso de fornecimento firmado pelo licitante vencedor e tem características de compromisso para futura contratação, que será formalizada por meio de Autorização de Fornecimento.

8.4. Fica expressamente vedada à empresa contratada a transferência de responsabilidade do fornecimento do objeto contratual do **Pregão Eletrônico nº 007/2024 – Processo nº 039/2024** a qualquer outra empresa, no seu todo ou em parte.

CLÁUSULA NONA – DO GESTOR E FISCALIZADOR DA ATA DE REGISTRO

9.1 É obrigação da CONTRATANTE fiscalizar a presente ata de registro de preços.

9.2. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO: Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, serão designados representantes da Secretaria Requisitante para acompanhar e fiscalizar a execução da ata de registro, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados, informará seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, o fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

9.23 A responsabilidade pela fiscalização desta ata de registro:

Nome:

Cargo:

CPF: Nº

9.4. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, a fiscalização deverá, de imediato, comunicar por escrito ao Gestor do órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as devidas providências,



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

podendo acarretar a aplicação das sanções previstas em lei e no contrato/ata de registro.

9.5. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

9.6. Em caso de registrar inconformidades, a Secretaria Requisitante entrará em contato com o fornecedor para os ajustes ou correções dos serviços entregues e aguardar a resposta da Empresa no prazo máximo de 48 horas.

9.7. Não havendo retorno e/ou efetuação da correção por parte da Contratada, será encaminhado a Secretaria Requisitante, que encaminhará a documentação ao departamento de Licitação, que tomará as devidas providências.

9.8. A responsabilidade pela gestão desta ata de registro de preços será:

Nome:

Cargo:

CPF: Nº

CLÁUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Assegurado o contraditório e a ampla defesa, a empresa detentora terá seu Registro de Preços cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

10.1.4. Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.5. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - Por razão de interesse público; ou

II – A pedido do fornecedor.

10.1.6. Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata;

10.1.7. Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades da **Secretaria Requisitante**, por meio da emissão de **Autorização de Fornecimento**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este termo contratual fica vinculado ao edital de licitações referente ao **Pregão Eletrônico nº 007/2024 – Processo nº 039/2024**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA E/OU VALIDADE DO OBJETO

Deverá ser de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

13.1. Manter durante toda a vigência da ata compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

13.2. Responder por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto.

13.3. Atender a toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Secretaria, Almoxarifado ou Departamentos da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão participante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI 13.709/2018.

15.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações -em especiais os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

15.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

15.4. Em atendimento ao disposto na Lei nº13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, o CONTRATANTE, para execução de serviço objeto deste contrato, tem acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

15.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e, se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção de dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

15.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24(vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CLÁUSULA DA ANTICORRUPÇÃO

Para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar, ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou ainda, benefícios de qualquer natureza que constitua prática ilegal ou



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionado, conforme a Lei nº 2.216, de 22 de junho de 2.018, publicado em 22 de junho de 2.018.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS

Dos Pagamentos devidos à empresa contratada, serão retidos e descontados os valores correspondentes ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) E IR (imposto de renda), pagando-se à contratada o valor líquido devido, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro de Cachoeira Paulista/SP, para solução de qualquer pendência oriunda desta Ata, com renúncia a qualquer outra por mais privilegiada que seja.

E, por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, para o mesmo fim junto com duas testemunhas no presente ato.

Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista, aos ____ de _____ de 2.024

ANTONIO CARLOS MINEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA:
RESPONSÁVEL LEGAL

Testemunhas:

Nome _____

RG _____

Nome _____

RG _____



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA

DETENTORA:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO DO AVCB -AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS OU CLCB-CERTIFICADO DE LICENÇA DE CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE PARA AS EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 750M² DEVERÃO SER APRESENTADOS PROJETO TÉCNICO (PT) OU PROJETO TÉCNICO SIMPLIFICADO (PTS), CONFORME ESPECIFICADOS NA IT 01/2019 DO DECRETO ESTADUAL 63.911 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018,DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA SEREM IMPLANTADO NOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

NOME	ANTONIO CARLOS MINEIRO
CARGO	Prefeito Municipal
RG Nº	XX.XXX.XXX-X
ENDEREÇO(*)	Rua Coronel Domiciano, 92, Centro, Cachoeira Paulista - SP
TELEFONE	(12) 3186-6022
E-MAIL	gabinete@cachoeirapaulista.sp.gov.br

RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO A REQUISIÇÕES DE DOCUMENTOS DO TCESP

NOME	MARCOS VINICIUS DA COSTA CARVALHO
CARGO	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
ENDEREÇO COMERCIAL DO ÓRGÃO/SETOR	Rua Coronel Domiciano, 92, Centro, Cachoeira Paulista
TELEFONE E FAX	(12) 3186-6022
E-MAIL	licitacoes@cachoeirapaulista.sp.gov.br

Cachoeira Paulista, de de 202 .

RESPONSÁVEL:

MARCOS VINICIUS DA COSTA CARVALHO



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA

DETENTORA:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO DO AVCB -AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS OU CLCB-CERTIFICADO DE LICENÇA DE CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE PARA AS EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 750M² DEVERÃO SER APRESENTADOS PROJETO TÉCNICO (PT) OU PROJETO TÉCNICO SIMPLIFICADO (PTS), CONFORME ESPECIFICADOS NA IT 01/2019 DO DECRETO ESTADUAL 63.911 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA SEREM IMPLANTADO NOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ADVOGADO(S): MILTON CARLOS MARTIMIANO FILHO, OAB/SP XXX.XXX

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Cachoeira Paulista, de de 202 .

**ANTONIO CARLOS MINEIRO
PREFEITO MUNICIPAL**

DETENTORA



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista

AV. Coronel Domiciano, Nº 92 – Centro – Cachoeira Paulista – SP.

DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA

DETENTORA:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/202

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO DO AVCB -AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS OU CLCB-CERTIFICADO DE LICENÇA DE CORPO DE BOMBEIROS, SENDO QUE PARA AS EDIFICAÇÕES COM ÁREA SUPERIOR A 750M² DEVERÃO SER APRESENTADOS PROJETO TÉCNICO (PT) OU PROJETO TÉCNICO SIMPLIFICADO (PTS), CONFORME ESPECIFICADOS NA IT 01/2019 DO DECRETO ESTADUAL 63.911 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018,DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA SEREM IMPLANTADO NOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

DESIGNAÇÃO DE GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOME	
CARGO	
RG Nº	
REGISTRO DE CLASSE	
TELEFONE	
E-MAIL	

DESIGNAÇÃO DE FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOME	
CARGO	
REGISTRO DE CLASSE	
TELEFONE E FAX	
E-MAIL	

Cachoeira Paulista, de de 202 .

ANTONIO CARLOS MINEIRO
PREFEITO MUNICIPAL